

Reunião Plenária da CNA – 11 de outubro 21 - Súmula

Aos dias 11 de outubro do ano de 2021, pelas 15h00, decorreu em formato híbrido no Auditório do INFARMED em Lisboa, a reunião Plenária da Comissão Nacional de Acompanhamento, do Plano de Recuperação e Resiliência.

O Professor ACS deu início aos trabalhos agradecendo a presença e o apoio do Senhor Ministro do Planeamento, Dr. Nelson de Souza.

O Senhor Ministro do Planeamento deu início à sua intervenção, apresentou o Presidente da Estrutura de Missão "Recuperar Portugal", saudou todos os membros da CNA e agradeceu ao Professor António Costa e Silva

Explicou o modelo de governação e disse estar convicto que pode contar com todos para executar bem o PRR com desenvolvimento sustentável para a nossa economia.

Disse contar com a CNA para ajudar a corrigir o caminho e que o PRR é acompanhado por missões de auditoria e controlo, bem como os organismos de natureza intermédia e os beneficiários finais. Sublinhou, neste sentido, o papel da PGR e elencou a procuradoria europeia, a OLAF e as entidades de natureza judicial. Salientou o papel da AR dizendo que há uma comissão específica de natureza política, para esse efeito e que o Senhor Presidente da República também tem um mecanismo de acompanhamento deste programa na sua casa civil.

Classificou a CNA como parceiro privilegiado e referiu que a sociedade portuguesa sabe o que se está a fazer no PRR, pois todos os passos que foram dados foram objeto de audição pública.

Considerou estar fortemente empenhado na prioridade de levar a cabo o programa que já está definido, mas acrescentou que nem todos os atores da sociedade portuguesa estão cientes desta realidade. Porém, considerou não ser possível com mais 26 estados-membros reabrir este processo. Porém considerou haver ajustamentos que se podem vir eventualmente a fazer.

Observou que à CNA compete este papel, de nos dizer se determinado trabalho poderá ser feito de uma determinada maneira ou de outra.

Classificou que os problemas são complexos e de difícil abordagem. Acrescentou que vamos ter múltiplos desafios e que vão determinar a execução, nomeadamente ao nível das obras derivado à crise financeira anterior.

Sublinhou que nesta fase não há capacidade de reação no que concerne as obras públicas.

No que concerne a qualificação dos portugueses referiu as taxas embaraçosas de abandono escolar em 1995, de 41,4%, contrariada 25 anos depois, com uma taxa de 8,9%, tendo sido decisivo o papel do QREN e do PT 2020.

Frisou o exemplo das agendas mobilizadoras do PRR, para mudar o perfil da especialização português, bem como as medidas do impulso para proporcionar mais licenciados em artes, matemáticas e engenharias.

O Senhor Ministro do Planeamento deu início à sua apresentação destacando o "Ponto de Situação da Negociação com a Comissão" bem como explicou a "Programação dos Desembolsos" e apresentou o ponto de situação das 16 componentes de investimento (em anexo e parte integrante desta súmula).

Esclareceu que o PRR tem uma programação de desembolsos pré-determinado com a COM e que a estes desembolsos estão associados indicadores, pelo que teremos de cumprir os indicadores do 4 trimestre, para que possamos pedir o desembolso.

O Professor Costa e Silva interveio para partilhar que o Ministério da Saúde não está envolvido no seu próprio processo de digitalização e mencionou a importância dos indicadores e a definição das respetivas *baselines*, tendo solicitado a ajuda ao Ministro do Planeamento. Disse encontrar um país mobilizado e sublinhou a importância de sincronização com o PT 2030.

A Dra. Isabel Damasceno, pediu a palavra para dizer que o PRR já contratualizou, e concluiu que o dinheiro não chegou aos beneficiários diretos. Sublinhou a importância da CNA ter conhecimento dessa aplicação, assim como solicitou a planificação dos avisos para melhor ajudar os beneficiários.

No que concerne às agendas mobilizadoras mostrou-se surpreendida pela procura questionou se irá haver outras oportunidades.

A Prof. Maria Lurdes Rodrigues, interveio para dizer que o PRR tem um rumo e uma estratégia e que o que é tido em conta são dotações que reforçam a dotação das instituições e depois há uma majoração. Referiu que isso não foi dito numa fase inicial e deveria ter sido, pois não se imaginava que se tratava de um reforço de dotação. Classificou o processo como pouco transparente.

O Eng.º José Manuel Fernandes, da CNADS, declarou que quem dinamizou a procura foram as empresas tecnológicas e questionou, até que ponto há uma estratégia de desenvolvimento de novos clusters, correndo o risco de rejeitar candidaturas que são positivas.

O Prof. José Reis, mostrou-se muito satisfeito com o que ouviu. Considerou que há vulnerabilidades muito fortes. Sublinhou a importância dos relatórios que a CNA está a produzir, e classificou como fundamental ver como as candidaturas são aprovadas.

O Dr. José Apolinário, da CCDR Algarve, sublinhou o empenho em fazer funcionar esta comissão de acompanhamento e agradeceu ao Professor António Costa e Silva e à EMRP.

Frisou o papel do Presidente da CCDR, que depois da mudança da lei, representa o território. Informou que as agendas mobilizadoras não cobriram todos os municípios. Sublinhou a questão da ACSS com os cuidados saúde primários.

A Arq. Teresa Almeida, CCDR Lisboa, começou por dizer que tem taxas de cofinanciamento muito reduzidas em Lisboa e aludiu a importância de conhecermos em detalhe o PRR, sublinhando que as regras não podem ser criadas nesta fase.

O Dr. Pedro Dominginhos, tomou a palavra para dizer que o PRR não é um projeto transformador, porque distribui o mal pelas aldeias e sublinhou a importância dos critérios de avaliação.

O Dr. Armindo Monteiro, da CIP, fez um *statement*, sublinhando a importância dos indicadores de impacto e questionou qual é o custo por pessoa.

Acrescentou importância de haver transparência nos critérios de seleção e alertou para o facto dos projetos empresariais estão sem execução.

O Eng. Beraldino Pinto, da CCDR Norte, destacou a forma como está a ser desenvolvido o processo e referiu que os beneficiários finais não estão disponíveis para contratualizar com os intermédios.

O Ministro do Planeamento informou estar preocupado com a execução e deu nota que a CNA também se devia preocupar com as medidas do PRR que implicam grandes reformas, nomeadamente a Estratégia Nacional contra a Pobreza.

Referiu que os FEEI sempre tiveram indicadores de impacto e que independentemente da escolha de indicadores que se venha a fazer, é necessário conferir previamente se já existem.

Quanto às questões das CCDR respondeu globalmente, dizendo que a natureza do PRR, tem objetivos de natureza territorial clara. Afirmou que tomou boa nota e iria analisar a interação das competências do Ministério da Saúde e das competências das CCDR.

Referiu a opção efetuada, ou seja, execução descentralizada e coordenação centralizada e solicitou à CNA que alerte este tipo de questões para que se possa fazer com que funcione.

Em relação à resposta do Professor José Reis, falou do trabalho intenso que tem com os POR e manifestou ao Vice-Presidente da CIP que não faltam critérios nenhuns.

O Professor António Costa e Silva deu início à apresentação da CNA, começando por ler a ordem de trabalhos.

No que concerne o Balanço da CE veja-se a apresentação de *powerpoint* em anexo e que faz parte integrante da presente súmula.

O Dr. Tiago Cunha da CGTP, pediu a palavra para dizer que valoriza as reuniões que foram feitas e para dizer que dispõe indicadores complementares, nomeadamente o que concerne o número de postos de trabalho. Saliu a necessidade dos indicadores tem de ser pedidos agora porque no final do processo será difícil.

A Eng^a Cláudia Costa da CAP manifestou a sua preocupação relativamente à falta de transparência, considerando não ser tarde para esta comissão fazer as recomendações. Questionou se não seria melhor produzir um documento sintético para capturar todas as preocupações que existem.

O Professor António Costa e Silva agradeceu a presença de todos e deu por encerrado os trabalhos.